

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

INVISIBILIDADE EM VIDA: A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA MORTE SOCIAL E CIVIL DE MULHERES E A INSUFICIÊNCIA DO APARATO PROTETIVO

Claudiani Gonçalves Da Silva (claudianigoncalves312@gmail.com)

Kássio De Souza Ferreira Estanislau (kassioestanislau@hotmail.com)

Jacqueline Pessanha De Oliveira Costa (jacquepessanhacosta@outlook.com)

Juliana Inacio Rezende (julianairezende@gmail.com)

Polyanni Da Silva Rodrigues (polyannisilva044@gmail.com)

Mariana Pinto Rodrigues (marianaodrigues38@gmail.com)

Introdução: O feminicídio não surge de forma isolada, ele é o triste ápice de um processo constante de apagamento. A história dessas vítimas quase sempre mostra uma "morte social" antes do crime em si, causada pela falta de amparo do governo. Essa desumanização, que reduz mulheres a números, escancara uma crise séria na forma como a lei as enxerga e na garantia de proteção. **Objetivo:** Investigar como as falhas institucionais promovem uma "morte civil" antecipada para mulheres vulneráveis, analisando o papel do governo e do machismo na continuidade da violência e no esquecimento da identidade da vítima. **Métodos:** Esta pesquisa é qualitativa, com foco sociológico e jurídico. Usaremos o estudo de caso múltiplo, analisando documentos como boletins de ocorrência e processos. Vamos examinar casos selecionados pela ótica da "hierarquia das vítimas", usando a análise de discurso para ver como a

linguagem das instituições e a seletividade penal contribuem para apagar as mulheres antes e depois de morrerem. Resultados: Nossos primeiros resultados mostram que a seletividade penal e o machismo nas instituições de segurança e justiça reduzem mulheres à condição de prova. A negligência do governo, com a falta de atenção às denúncias e a minimização dos riscos, é uma falha constante, tornando os casos não resolvidos um retrato da hierarquia social, onde o sistema jurídico trata vidas marginalizadas como descartáveis. Conclusão: Para combater o feminicídio, precisamos mudar a forma como protegemos as mulheres, para além da punição do agressor. É fundamental que a lei reconheça o direito à memória e à identidade como formas de resistir ao apagamento institucional. A pesquisa mostra que a omissão do governo, ao reduzir vidas a estatísticas sem importância, mantém a violência e torna a proteção insuficiente, exigindo uma mudança urgente na forma como as instituições jurídicas lidam com as questões de gênero.

Palavras-chave: feminicídio; invisibilidade; omissão estatal; direitos humanos; sistema de justiça.